



5179 - Trabalho - 39ª Reunião Nacional da ANPED (2019)
GT09 - Trabalho e Educação

A ATUAL FASCISTIZAÇÃO DO BRASIL: UMA APROXIMAÇÃO DE SUAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS
Fernando de Oliveira Leal - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo
Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

A ATUAL FASCISTIZAÇÃO DO BRASIL: UMA APROXIMAÇÃO DE SUAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

RESUMO: O Brasil vive hoje um processo de fascistização que deve ser investigado para a compreensão de seu funcionamento e suas consequências para a democracia e seus desdobramentos na restrição no provimento dos direitos sociais. Tendo em vista a experiência europeia e latino-americana, o presente artigo busca aprofundar o debate sobre o fascismo à luz da contribuição teórica de Nicos Poulantzas e Florestan Fernandes. No debate sobre a relação entre a conjuntura atual e os processos históricos percebemos que para além das mudanças de concepções e disputas ideológicas, o contexto político de fascistização enseja graves consequências econômicas e profundos retrocessos nas bases do contrato social no Brasil.

Palavras-chave: fascistização, impacte popular, Estado autocrático burguês, totalitarismo de classe.

INTRODUÇÃO

O fascismo é caracterizado historicamente como um partido de base popular, composto por militares nacionalistas que atuam conjuntamente com as elites tradicionais contra as liberdades democráticas e promovem a limpeza étnica através da violência (ALVARO; MELO, 2018). Além disso:

O fascismo é uma resposta à crise de hegemonia, a incapacidade das classes dominantes para manter a ordem política por meio dos canais normais da democracia liberal. O fascismo é, por definição, um partido-movimento de caráter profundamente antiliberal. A novidade do fascismo está em que ele é um movimento de massas, com uma base social predominantemente pequeno-burguesa e plebeia, que procura solucionar uma crise de hegemonia por meio da violência direta (ALVARO; MELO, 2018, p.73).

A experiência histórica indica o caráter efêmero do fascismo e sua relação com uma combinação difusa de fatores como crise econômica, lideranças carismáticas e desalento de valores coletivos e de universalidade humana. Além disso, houve impacte popular^[1] em diversas frações de classe e protagonismo da pequena-burguesia, existência de um partido-movimento centralizado verticalmente, mas com forte luta e enfrentamentos internos horizontais entre as diversas frações de classe partícipes dessas experiências (POULANTZAS, 1977).

No seu desenvolvimento, o fascismo teve grandes deserções de setores populares ao colocar em prática seu projeto de poder antipopular, mas conseguiu aumentar seu apoio em conjunturas específicas através de pautas nacionalistas e da absorção do desemprego (POULANTZAS, 1977).

A questão nacional aumentou o impacte popular fascista na Itália e na Alemanha. Isso graças às consequências da I Grande Guerra e à incapacidade do Tratado de Versalhes em restabelecer a estabilidade política na região, possibilitando o enraizamento do nacionalismo imperialista das massas (Op cit).

Nesse processo, a esquerda não fez a luta ideológica contra esse inimigo de forma eficiente, deixando as massas desorientadas e desarmadas frente o acossamento ideológico do fascismo. Além disso, se mostrou incapaz de realizar mudanças estruturais que alavancassem esses países rumo ao socialismo (Op cit).

O que é de outra forma mais importante de verificar é que, de fato, certas classes populares que se inclinaram para o fascismo fizeram-no por causa da impotência dos Partidos Comunistas Italiano e Alemão em atingirem objetivos revolucionários e iniciar um processo de transição para o socialismo, tendo estas frações, face a essa carência, considerado de fato que o fascismo estaria mais apto a conseguir estes objetivos: grandes grupos destas frações transferiram durante algum tempo as suas aspirações revolucionárias para o fascismo (Op cit, p.69).

Com isso, vê-se uma conjunção de fatores que possibilitaram a ascensão e a reprodução fascista no poder. Desde elementos referentes à estrutura dos países, a conjuntura política e econômica e a ação política da esquerda, para além do conteúdo ideológico do discurso fascista e de sua ação repressora. É nesse sentido que tentamos enxergar a atual fascistização no Brasil e no mundo. Visando assim, desvelar os aspectos que a tornaram possível no período atual.

TRANSFORMAÇÕES DO FASCISMO NA HISTÓRIA

Para ampliar a compreensão da fascistização, é importante entender o fascismo na América Latina. Nesta região, o fascismo não só foi uma reação burguesa ao avanço do socialismo, como também se aproximou e se incorporou ao espaço econômico, político e sociocultural do imperialismo com o discurso de evitar “novas Cubas” e agiu com o interesse de tornar os países seguros e estáveis para os investimentos estrangeiros (FERNANDES, 1981).

Assim, o fascismo passou a ser uma força real e moderna colocada em prática pelo capital internacional e pela burguesia dependente assegurando seus interesses conservadores, reacionários e contrarrevolucionários, indicando uma capitulação política de um “nacionalismo burguês” frente ao imperialismo. O fascismo empreendeu uma guerra civil, aberta ou velada, contra a revolução dentro da ordem – a democratização como um processo social de mudança estrutural – e a revolução contra a ordem – dos movimentos socialistas e revolucionários (Op cit).

Isso porque a democracia e a república são distorcidas constantemente pelos objetivos totalitários da classe social dominante, que utiliza o Estado para enfraquecer a integração nacional e colocar em prática uma concepção totalitária de utilização do poder. Por isso, o Estado Autocrático Burguês sofre uma tendência permanente de fascistização. Assim, o fascismo encontra um quase-fascismo operando dentro do Estado através do totalitarismo de classe e do ultrapresidencialismo (Op cit).

Então, o próprio aparato democrático burguês atua como se fosse um Estado de exceção e facilita uma passagem rápida para um verdadeiro Estado de sítio, de exceção ou ditatorial (Op. cit). Esse movimento torna-se relativamente mais fácil quando a sociedade civil mostra-se débil, sem organizações de massas e instituições sólidas o suficiente para fazer oposição à fascistização.

Se a ordem civil é fraca, [...] a ausência de oposição organizada ou de oposição organizada bastante eficiente, o caráter ocasional e a impotência relativa da resistência cívica permitem quer fascistizar certas funções essenciais e estratégicas do Estado (sem tocar em outras condições, estruturas e funções), quer atingir uma rápida fascistização de tais funções do Estado (e mesmo de todo o Estado) se as circunstâncias o exigirem (Op Cit, p.22).

As classes dominantes passam a manter a aparência democrática enquanto fortalecem o controle político para privilegiar a “defesa da ordem” e a aniquilação de qualquer oposição às classes dominantes (Op cit).

Por outro lado, o fascismo latino-americano não se expressou como um forte partido-movimento capaz de doutrinar as massas, mas sim como a exacerbação autoritária da luta de classes através da repressão política e da opressão social pelo Estado com o poder centralizado em uma plutocracia ou uma oligarquia. Dispensa, portanto, os símbolos, a elaboração ideológica, as grandes lideranças e as organizações de massas, pois a fascistização funda-se no uso das estruturas de poder para, através da violência, negar a universalização de direitos e garantias sociais e garantir a manutenção e a segurança dos privilégios, interesses, valores e estilo de vida das classes dominantes (Op cit).

Os movimentos de massas fascistas existiram na América Latina, mas não contaram com espaço econômico, político e ideológico para crescer, pois seria mais seguro e eficaz apostar no totalitarismo de classe para favorecer a autoproteção das classes dominantes. A necessidade de movimentar grandes contingentes populares, criar uma ideologia nacionalista e inflar grupos radicais fez com que esses movimentos de massa fossem secundarizados (Op cit).

No Brasil, o golpe militar de 01 de abril de 1964 ocorreu numa conjuntura de deterioração da situação econômica e de forte inflação herdada de Juscelino Kubitschek, condição não resolvida no curto período parlamentarista, nem pelo plano trienal de João Goulart. A situação econômica incidiu no acirramento da luta de classes, com forte luta e organização operária, estudantil, camponesa e de militares de baixa patente, tanto por pautas reivindicativas, quanto pelas reformas de base^[2] (GORENDER, 2014).

Com o desenrolar dos fatos, Jango fora obrigado a aproximar-se das forças progressistas. Anunciou dois decretos, um sobre a encampação das refinarias particulares de derivados do petróleo; e outro, possibilitando a desapropriação das propriedades rurais. Além disso, mandou regulamentar a lei que estabelecia o limite de 10% para as remessas de lucros do capital estrangeiro, marcando posição clara a favor das reformas de base (GORENDER, 2014).

Nesse contexto, a grande burguesia nacional e estrangeira, os oficiais militares e as classes médias se colocaram na luta por uma contrarrevolução preventiva^[3]. Mostrando não só a ação de militares, mas também forte apoio da classe média nas ruas com as duas marchas da Família com Deus pela Liberdade, organizadas por setores religiosos e direitistas, nos dias 19 de março de 1964 e, já após a derrubada de João Goulart, em 04 de abril de 1964, reunido mais de um milhão de pessoas nesta ocasião (GORENDER, 2014). Assim, vê-se que o golpe foi movido por poderosas forças sociais, inclusive em manifestações de rua, mesmo assim, isso não significou a organização desses setores em um forte movimento de massas ou partido-movimento.

O fascismo, portanto, não é um fenômeno extinto, mas transformado. Ele perdeu seus elementos rituais e ideológicos, o líder carismático e a massificação para realizar um processo de fascistização das estruturas de Estado, tornando-as o bastião da luta contra uma revolução democrática. Perpetuou-se, então, como ideologia e força política organizada, ajustada a democracia pluralista, mas utilizando estruturas e dinamismos fascistas. Torna-se um fascismo difuso e fluido, forte dentro do Estado e do governo, mas impregnado em toda a sociedade (FERNANDES, 1981).

Fernandes (1981) destaca que nos países em que houver desenvolvimento econômico, com militarização e tecnocratização das estruturas e funções do Estado, estarão abertas as portas para o surgimento de uma nova tendência de fascistização generalizada, dos diversos níveis da sociedade e das instituições chave quando os acordos por cima não forem mais possíveis. Sendo capaz de “operar uma fascistização silenciosa e dissimulada, mas altamente “racional” e “eficaz”, além de compatibilizável com a *democracia forte*” (FERNANDES, 1981, p.33. Grifos do autor).

Fica claro, portanto, que o fascismo apresentou-se de outra forma na América Latina. A principal mudança é a fascistização das estruturas de Estado facilitado pela existência do totalitarismo de classe e do Estado autocrático burguês, dispensando o partido-movimento com forte disciplina, liderança e a massificação.

Nesse sentido é preciso questionar se a atual onda fascista brasileira manifesta-se como fascistização difusa e fluida de certas estruturas de Estado ou se está em marcha um processo de fascistização generalizada, abarcando a sociedade e as instituições, em seus diversos níveis além de compreender as peculiaridades da atual onda neofascista no mundo.

A extrema-direita europeia de hoje é diversa, indo desde partidos fascistas e neonazistas declarados; passando por partidos semifascistas; até outros de extrema-direita sem ligações diretas com o fascismo. Mesmo assim, a extrema-direita tem diversos pontos em comum. Pretendem ser uma reação à globalização neoliberal, que teria produzido uma homogeneização forçada das culturas, levando a uma reedição de um nacionalismo imperialista através da busca incessante por raízes e da proteção da cultura nacional contra inimigos externos e internos (LÖWY, 2015). Apresentam-se como reação à crise econômica iniciada em 2008 e ao desemprego estrutural causado pela globalização neoliberal. Culpam, para tanto, os imigrantes pelo desemprego, pela violência, pela crise moral e pela diminuição das condições de existência do trabalhador europeu (LÖWY, 2015).

Vocalizam o sentimento de desconfiança das instituições democráticas e descrença na sua capacidade de propor e realizar mudanças estruturais significativas, apresentando-se como reação ao mau funcionamento da democracia representativa. Diferentemente da esquerda, bem integrada na institucionalidade e no jogo democrático (LÖWY, 2015). Mobilizam discurso xenofóbico, nacionalista, eclético, antissistêmico, pós-ideológico, anticomunista e misógino, com giro

autoritário e política econômica que combina liberalismo e protecionismo (ALVARO; MELO, 2018).

Outro elemento importante é a inexistência de uma força socialista relevante, inimiga tradicional do fascismo. Esse é o principal motivo para não haver a construção de um partido de massas organizador de milícias e capaz de mobilizar as massas a partir de mitos coletivos, mesmo que isso não anule a existência de milícias auto-organizadas e de ativismo individual e desorganizado pelos fascistas[4] (ALVARO; MELO, 2018). Outrossim, tal argumentação pode não servir de base para a compreensão da nova manifestação do fascismo na América Latina, posto que aqui os movimentos de massa não foram centrais para desenvolver o processo de fascistização da sociedade (FERNANDES, 1981).

Assim sendo, o neofascismo atua como uma força organizada que se opõe ao neoliberalismo e à globalização, dando mais centralidade ao combate às mudanças culturais, aos imigrantes e aos muçulmanos em geral, posto que seu inimigo histórico tradicional, o comunismo, não apresenta hoje força suficiente na Europa. Passa a ser de suma importância caracterizar a extrema-direita brasileira para compreender sua ascensão, suas peculiaridades e como ela atua no jogo político.

A FASCISTIZAÇÃO ATUAL NO BRASIL

As manifestações de 2013, que se espalharam por todo o país, começaram com pautas diversas e progressistas, mas foram canalizadas por forças de direita e pela grande mídia para o tema da corrupção, contando com casos de hostilização à esquerda[5]. Em 2015, como fruto desse processo e alimentado pelo aprofundamento da crise econômica, tem início uma série de movimentações que quebram a hegemonia da esquerda nas ruas e resultaram na deposição do governo Dilma, marcado pelo golpe jurídico-parlamentar de 2016 e na prisão do ex-presidente Lula (TATAGIBA, 2018).

Tal contexto pavimentou a eleição de Jair Messias Bolsonaro (PSL) – ex-deputado federal do Rio de Janeiro, autor de discursos machistas, autoritários e racistas – para a presidência do país, juntamente com uma enorme bancada (52 deputados federais, 3 governadores e 4 senadores), além de 76 representantes nas assembleias estaduais. Elementos que indicam enorme retrocesso no senso comum, a retração dos valores democráticos e universalistas mais comuns ao processo histórico em curso e é sinal evidente de processo de fascistização da sociedade brasileira.

Esse processo não ocorre sem uma base material importante. A crise do preço das commodities, que atinge os países latino-americanos desde 2013, provocou estagnação e recessão econômica, facilitando a aparição de crises políticas nos países latino-americanos de governo progressista, entre eles o Brasil (POCHMANN, 2017). Após o golpe, as reformas do governo Temer foram incapazes de reverter a estagnação econômica. O resultado foi o paulatino aumento do desemprego que no Brasil passou de 6,8% em 2014 para 12,7% em 2017, jogando enormes massas no desespero e na frustração diante dos sonhos de mobilidade social dos tempos dos governos Lula (IBGE, 2018).

Com o desenvolver da crise econômica e a ofensiva do capital estrangeiro contra o governo Dilma, boa parte dos setores burgueses abandonaram seu governo. Parte, devido à ofensiva jurídica contra o governo e suas bases, outros por deixarem de considerar lucrativa a relação com o governo e aderir à proposta do capital internacional e da burguesia associada, que passou a colocar na ordem do dia as reformas trabalhista e previdenciária. Nesse sentido, o governo petista foi perdendo progressivamente o apoio da burguesia interna (BOITO JR., 2018).

Mas a perda de apoio ocorreu também em outros setores sociais. Em 2015, diversas entidades[6] formaram a Frente Brasil Popular (FBP), que em seu “Manifesto ao Povo Brasileiro” estabelecia quatro objetivos em sua luta, entre eles a luta pelos direitos da classe trabalhadora e contra o ajuste fiscal implementado por Dilma, seguido pela luta contra o golpismo e pela ampliação da democracia (FRENTE BRASIL POPULAR, 2015). Além disso, outra frente, a Povo Sem Medo, secundarizou a luta contra o golpe em função da luta contra o ajuste fiscal (BEDINELLI, 2015).

Portanto, os setores organizados da classe trabalhadora que apoiaram a reeleição de Dilma em 2014, foram afastando-se, mesmo que parcialmente, do governo com a escolha de Joaquim Levy, representante do capital financeiro indicado pelo Bradesco, para o Ministério da Fazenda e a consequente implementação de uma política econômica com maior influência neoliberal e focada no ajuste fiscal. Tal elemento contribuiu para a neutralização desses setores e sua pequena capacidade de ação durante o processo de impeachment ilegal de Dilma[7], assim como no caso da prisão de Lula (BOITO JR., 2018).

A grande massa marginal da classe trabalhadora, beneficiada pelos programas sociais dos governos petistas, permaneceu passiva em todo esse processo. Pesa, para tanto, a relação estabelecida pelo governo com tais setores. Ele atendia demandas, mas não atuava nem criava condições para que as forças progressistas atuassem na organização e conscientização desses setores. Em nenhum momento esses setores foram chamados pelo governo a reagir contra o golpe parlamentar de 2016 ou contra a prisão de Lula (BOITO JR., 2018).

A esquerda não só não fez um trabalho ideológico e de organização popular durante os governos neodesenvolvimentistas, como também se furtou a realizar tal movimentação durante o golpe de 2016 e depois dele, facilitando o crescimento da fascistização, que não encontrou adversário a altura (BOITO JR., 2018).

O aumento da miséria, no mesmo período, de 3,2% para 4,8% da população brasileira (G1, 2018) demonstrou que a retirada da presidenta eleita fora insuficiente, mas a culpabilização moral da esquerda como condutora deste estado de coisas encontrou muitos adeptos advindos de vários setores sociais. A alta classe média brasileira foi a classe que menos ganhou com os governos do PT. Isso gerou grande incômodo e dificuldade para esses setores médios manterem seu padrão de vida. Além disso, a melhora das condições de vida das classes populares possibilitou que ela frequentasse espaços antes exclusivos das classes médias e da burguesia, como os aeroportos e as universidades.

Esses setores têm por visão a abertura comercial ampla, venda das estatais, redução dos investimentos e alinhamento passivo com os Estados Unidos. São contra as políticas sociais por ameaçarem sua posição econômica e social e por darem prioridade aos gastos sociais em detrimento dos interesses das frações associada e do capital internacional (BOITO JR., 2018).

O governo Temer, fruto do golpe jurídico-parlamentar de 2016, tentou realizar o assalto ao fundo público, diminuindo os gastos em educação, previdência e assistência social. Fez isso com o Projeto de Lei Complementar nº 257, que precariza o serviço público nos estados em favor do equilíbrio fiscal, com a Emenda Constitucional nº 95, que estabelece o teto dos gastos, e com o desmonte da CLT. Porém, não logrou aprovar a reforma da previdência. Tal medida serviria para injetar tais recursos no pagamento de juros da dívida pública e impulsionar a previdência privada, medidas em favor do capital financeiro (ALVES, 2017).

Assim, o governo Bolsonaro pretende aprovar uma proposta de reforma previdenciária ainda mais ofensiva aos trabalhadores, transformando o sistema de proteção ao trabalhador em um sistema de capitalização individual gerenciado pelo sistema financeiro (GUIMARÃES, 2019). Soma-se a isso a extinção do Ministério do Trabalho e a intenção de aprofundar a reforma trabalhista, com a justificativa de que existe excesso de direitos no Brasil (ALESSI, 2019).

Vemos, então, que a extrema-direita brasileira tem como princípio filosófico e pretensamente econômico a austeridade, apresentada como o remédio para a crise econômica e para o aumento da dívida pública, mesmo se tratando de um programa de concentração de renda. Isso, pois o arrocho fiscal proposto desmonta as políticas públicas e aumenta a influência do setor privado nas decisões estatais, além de ser uma resposta às demandas do bloco no poder às custas dos direitos sociais das classes subalternas (DWECK; OLIVEIRA; ROSSI, 2018).

A austeridade visaria promover o crescimento através de cortes de gastos e ajuste econômico. Os defensores de tal proposta argumentam que ela iria reequilibrar a economia, reduzir a dívida pública e retomar o crescimento econômico através da retomada da credibilidade com os agentes econômicos privados. Porém, a austeridade pode levar a um processo em que o corte de gastos reduz o investimento, levando a diminuição da arrecadação e redundando em novos cortes, repetidamente (DWECK; OLIVEIRA; ROSSI, 2018).

Cabe destacar, também, a reconfiguração da chamada “Bancada BBB” (“Boi”, “Bala” e “Bíblia”), que aglomera os representantes do agronegócio, da ala extremista da segurança pública e do fundamentalismo cristão, respectivamente. Assim, o agronegócio caiu de 109 para 77 deputados, o fundamentalismo cristão passou de 75 para 85 e a linha dura da segurança pública passou de 35 para 61. No total, o aumento foi pequeno, de 219 para 223 deputados, porém houve aumento dos deputados fundamentalistas e grande aumento dos vinculados a policiais militares, grupos de extermínio e milícias privadas (TATEMOTO, 2019).

Isso ocorre, pois a atual base ideológica da fascitização conjuga aspectos de “fascismos”, com “conservadorismos” e “fundamentalismos”, que se manifestam na religião, na política e nas relações interpessoais. Tal ofensiva tem, portanto, diversos matizes que começaram a convergir com as manifestações de 2013 (FRATESCHI, 2018).

Bolsonaro alcançou cerca de 70% do eleitorado evangélico, graças ao apoio de lideranças religiosas como Edir Macedo, Silas Malafaia, Cassiane, Magno Malta e Marco Feliciano, entre diversas lideranças de igrejas como a Assembleia de Deus, Igreja Universal do Reino de Deus, Renascer em Cristo, Igreja Fonte de Vida, Assembleia de Deus Vitória em Cristo, Igreja Bola de Neve, entre outras. O voto evangélico foi fundamental para a eleição de Bolsonaro, que conseguiu arregimentar o conservadorismo pentecostal e a teologia da prosperidade neopentecostal (PLENO NEWS, 2018).

É preciso compreender que “a cúpula pentecostal se constituiu como partido religioso, no sentido gramsciano de uma força sociopolítica efetiva” (BURITY, 2018, p.12). E boa parte da elite parlamentar evangélica é fortemente conservadora em quesitos morais e políticos, coisa que os aproxima do ideal fundamentalista de promover uma reversão da secularização (BURITY, 2018).

Esse conservadorismo moral e político, junto ao neoliberalismo econômico foram fundamentais para a formação da aliança entre os setores evangélicos e o fascismo brasileiro, tanto que a propagação da intolerância contra minorias sexuais a partir de um discurso religioso pentecostal e neopentecostal pode ser considerada uma característica da extrema-direita no Brasil (LOWY, 2015).

Nas eleições de 2018, houve um aumento de 92% na quantidade de candidatos militares para cargos executivos (presidente, vice-presidente, governador e vice-governador) em comparação com 2014 (FRAZÃO; MONTEIRO, 2018). Nas funções legislativas, foram eleitos quatro vezes mais militares que em 2014 (18 naquele ano e 73 em 2018) (GELAPE et al, 2018). Além disso, o próprio presidente e o vice-presidente são militares (capitão e general, respectivamente) e, dos 22 ministros, oito são militares (FERNANDES, 2019).

Em pesquisa recente, quase 90% dos militares do exército entrevistados identificaram o baixo nível educacional da população e a corrupção dos representantes como os fatores mais prejudiciais à democracia no Brasil, quanto maior a patente, mais força tem essa ideia. Tal pesquisa traz à tona a tese, usual na ditadura, de que a população civil não sabe votar e eleger corruptos. Ideia que fortalece a perspectiva da necessidade da tutela militar para o desenvolvimento da nação (FERNANDES, 2019).

Esse contexto confirma o processo de fascitização da sociedade e que ela opera com forte ideologia repressiva, culto da violência policial, da pena de morte e da flexibilização das regras para a posse de armas, oferecendo ainda uma reinterpretção da história na qual o chamado a um golpe militar é saudado e relativizado.

No governo Bolsonaro, houve um recrudescimento ainda maior da agenda antipopular. Destacamos, aqui, o âmbito educacional, no qual o atual governo realiza uma cruzada anticomunista com o intuito de eliminar o discurso progressista e de esquerda das redes escolares. Para tal, utiliza uma retórica pretensamente anti-ideológica, contra a doutrinação nas salas de aula e a favor do ensino neutro.

Essa concepção representa a visão do Movimento Escola Sem Partido, que visa impedir professores de expor sua opinião e certas bases teóricas em aula e propagar um ultraconservadorismo econômico-social. Representa, também, o fundamentalismo religioso, interessado em propagar o que consideram valores familiares tradicionais, combater a chamada “ideologia de gênero” e valorizar o criacionismo em detrimento da ciência (FRIGOTTO; FERREIRA, 2019).

O ministro da educação, Ricardo Vélez Rodríguez, é professor emérito da Escola de Comando do Estado Maior do Exército e foi indicado por Olavo de Carvalho para assumir a pasta. Engajado na batalha para expurgar a teoria marxista e a chamada “ideologia de gênero”, coaduna com a proposta do governo federal para a educação. Além de suas diversas declarações e proposições já questionadas, vale destacar a recente criação de uma comissão para analisar questões do ENEM e “verificar a pertinência com a realidade social, de modo a assegurar um perfil consensual do exame” (INEP, 2019, s/p.). Ou seja, pretende submeter as questões a um crivo ideológico.

A comissão é composta por Marco Antônio Barroso Faria, que foi orientando de Vélez Rodríguez no mestrado e no doutorado em Ciência da Religião; Antônio Maurício Castanheira das Neves, que atua no setor de avaliação de cursos superiores do Inep desde 2006; e Gilberto Callado de Oliveira, procurador de justiça do Ministério Público de Santa Catarina, é próximo ao Instituto Plínio Corrêa de Oliveira, sucessora da antiga TFP^[8] e coaduna com o mesmo ideário neoconservador do governo federal. Tal composição mostra, mais uma vez, o avanço na tentativa de censurar professores, impedir o ensino plural e democrático e o acesso de estudantes ao conhecimento socialmente sistematizado.

O atual processo demonstra uma coalizão tensa entre o fisiologismo político, o conservadorismo dos costumes, a homofobia, a misoginia, o discurso religioso, setores oligárquicos e militaristas (ORTELLADO; GALEGO; RIBEIRO, 2016). Elementos que existem em várias das experiências fascistas apontadas neste artigo e que demonstra, também, a diversidade de forças presentes e dá indícios para uma investigação de maior fôlego sobre os conflitos existentes entre os setores sociais que apoiam o atual governo.

Portanto, o que se vê é uma nova conjunção de elementos presentes no neofascismo brasileiro. Uma crise econômica e política que derrubou as condições de vida da população brasileira, junto com a incapacidade da esquerda de apresentar-se como alternativa, um programa econômico voltado para o corte de gastos, conjunção e ampliação de setores conservadores e reacionários da sociedade, com um líder personalista, mas sem uma organização de massas devidamente centralizada. Elementos que possibilitam algumas conclusões.

CONCLUSÃO

Dado o exposto no presente artigo, podemos verificar que o golpe amplificou o processo de polarização da sociedade, atingindo um patamar onde os blocos são abertamente antagonísticos e inimigos, impossibilitando o diálogo e a formação de consensos (ORTELLADO; GALEGO; RIBEIRO, 2016). Dessa forma, o totalitarismo de classe contra o lento e modesto processo de democratização da sociedade brasileira levou a um processo de fascistização.

Podemos, ademais, ver que a atual fascistização no Brasil tem sua singularidade. Ocorre num mesmo período de fascistização em todo o mundo, resgata elementos de manifestações anteriores do fascismo, mas, diferente da Europa, não se apresenta como partido de massas cuja principal bandeira seja o racismo. Também por não reivindicar e não ser herdeiro do Integralismo, mas sim da ditadura militar. Além de implementar uma política econômica neoliberal extremada. O que reforça o entendimento de que a fascistização ocorre de formas diferentes em realidades diferentes.

Mesmo assim, guarda diversas semelhanças, com as experiências fascistas da Europa e da América Latina aqui expostas. Coincide em ser uma resposta violenta a uma conjuntura adversa para as classes dominantes, marcadamente anticomunista e conservadora nos valores e com discurso militarista, xenófobo, racista, homofóbico, misógino, antipopular e com forte base religiosa. Vale compreender melhor as formas de manifestação do corporativismo, mas em suma, essas experiências têm muito em comum.

Vê-se hoje, portanto, novo processo de fascistização da sociedade brasileira com forte impacto fascista sobre diversos setores da sociedade e aparelhos estatais. Nesse sentido, pesa o fato de não haver um movimento de massas organizado e unificado como foram os partidos fascistas na década de 1930, com simbologia, ideologia e liderança próprias. Por outro lado, o fascismo se expande para além das estruturas de Estado e de governo, aumentando fortemente o impacto fascista na sociedade e não impossibilita o surgimento de um movimento com tal índole.

A ausência desse forte movimento de massas não impede o surgimento de diversas organizações, milícias e ativismo individual fascista, com atuação nas ruas. Da mesma forma que não impede a existência de uma liderança que utiliza o discurso para doutrinar as massas desorganizadas, assim como a existência de uma plutocracia que comanda o processo, aliada ao imperialismo estadunidense.

Esse contexto mostra um recrudescimento e um grande aumento da força de setores ultraliberais, neoconservadores, fundamentalistas e militares. Marcando um retorno com maior força dos militares para a grande política e um fortalecimento do fundamentalismo cristão. Assim, é possível que haja uma longa permanência desses setores em postos estratégicos do aparato estatal e com grande influência na sociedade civil. Perpetuando e ampliando sua influência nas decisões e nos caminhos tomados pelo país.

É cedo para afirmar que o resultado desse processo será uma ditadura militar com traços fascizantes operando com base na institucionalidade sem as massas ou numa ditadura abertamente neofascista apoiada em organizações de massas. Enquanto isso, o país deve seguir sendo uma democracia deteriorada, limitada, tutelada por setores militares e apoiada nas ruas por setores de extrema-direita e neoconservadores, mas sem um partido-movimento altamente organizado e massivo (BOITO JR., 2019).

Com isso, temos um indício de que a classe trabalhadora urbana e rural, setores excluídos e pauperizados da sociedade e as forças progressistas brasileiras poderão ficar melhor posicionadas na conjuntura, caso consigam organizar e dar vida a vigorosos movimentos de massas, com enraizamento popular e forte capacidade de atuação unitária. Tarefa grandiosa, dada a dispersão atual, mas que está longe de ser impossível.

REFERÊNCIAS

ALESSI, Gil. Bolsonaro: "Brasil tem direitos em excesso. A ideia é aprofundar a reforma trabalhista". El País. São Paulo (SP), 4 jan. 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/22/politica/1540230714_377475.html>. Acesso em 2 abr. 2019.

ALVARO, Bianchi; MELO, Demian. Donald Trump é Fascista? In: ALMEIDA, Ronaldo; TONIOL, Rodrigo (Org.). *Conservadorismos, Fascismos e Fundamentalismo* – análises conjunturais. Unicamp, Campinas, SP, 2018. P. 67-86.

ALVES, G. A reforma da previdência e o grande assalto ao fundo público no Brasil. In: RAMOS, G. T.; LOGUERCIO, J. E.; MELO FILHO, H. C.; RAMOS FILHO, W. (Org.) O Golpe de 2016 e a Reforma da Previdência: Narrativas da Resistência. 1ed. Bauru: Projeto Editorial Práxis, 2017, v. 1, p.139-146.

BEDINELLI, T. Movimentos sociais lançam frente de esquerda anti-Levy e sem o PT. El País. São Paulo (SP), 8 out. 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/07/politica/1444171412_797786.html>. Acesso em: 15 mar. 2019.

BOITO JR., Armando. Reforma e Crise Política no Brasil: Os conflitos de classe nos governos do PT. Unicamp, Campinas, SP, 2018.

BOITO JR., A. O neofascismo já é realidade no Brasil. Brasil de Fato. São Paulo (SP). 19 mar. 2019. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2019/03/19/artigo-or-o-neofascismo-ja-e-realidade-no-brasil/index.html>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

BURITY, Joanildo. A Onda Conservadora na Política Brasileira traz o Fundamentalismo ao Poder? In: ALMEIDA, Ronaldo; TONIOL, Rodrigo (Org.). *Conservadorismos, Fascismos e Fundamentalismo* – análises conjunturais. Unicamp, Campinas, SP, 2018. P.15-66.

DWECK, Esther; OLIVEIRA, Ana Luiza Matos; ROSSI, Pedro. (Org.). **Austeridade e retrocesso: impactos sociais da política fiscal no Brasil**. São Paulo: Brasil Debate e Fundação Friedrich Ebert, agosto de 2018. ISBN 879-85-9565-040-4.

FERNANDES, Florestan. Poder e contrapoder na América Latina. Zahar editores, 1981.

FERNANDES, Maria Cristina. Maria Cristina Fernandes: Ambiguidades dos militares. Valor Econômico. São Paulo (SP), 01 mar. 2019. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/cultura/6143125/maria-cristina-fernandes-ambiguidades-dos-militares>>. Acesso em 18 mar. 2019.

FRATESCHI, Yara. Antibolivarianismo à Brasileira, In: ALMEIDA, Ronaldo; TONIOL, Rodrigo (Org.). *Conservadorismos, Fascismos e Fundamentalismo* – análises conjunturais. Unicamp, Campinas, SP, 2018. P. 143-162.

FRAZÃO, F.; MONTEIRO, T. Candidaturas de militares dobram em quatro anos. O Estado de São Paulo. Brasília (DF), 13 ago. 2018. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,candidaturas-de-militares-dobram-em-quatro-anos.70002446959>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

FRENTE BRASIL POPULAR. Manifesto ao Povo Brasileiro. Belo Horizonte (MG), 5 set. 2015. Disponível em: <<http://frentebrasilpopular.org.br/conteudo/manifesto-ao-povo-brasileiro/>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

FRIGOTTO, G.; FERREIRA, S. M. Cultura autoritária, ultraconservadorismo, fundamentalismo religioso e o controle ideológico da educação básica pública. Trabalho Necessário. v. 17, n. 32. P. 88-113. 2019.

GELAPE, L.; MORENO, A. C.; CAESAR, G. Número de policiais e militares no legislativo é quatro vezes maior do que o de 2014. G1. 8 out. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/08/numero-de-policiais-e-militares-no-legislativo-e-quatro-vezes-maior-do-que-o-de-2014.ghtml>>. Acesso em: 18 mar. 2019.

GORENDER, Jacob. A sociedade cindida. Estudos Avançados. 28 (80), 2014. p.17-26.

IBGE. Irene Gomes. Desemprego recua em dezembro mas taxa média do ano é a maior desde 2012. 2018 <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/19759-desemprego-recua-em-dezembro-mas-taxa-media-do-ano-e-a-maior-desde-2012>>

INEP. INEP nomeia comissão para análise de itens da prova do Enem 2019. 20 mar. 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/id/6394519>. Acesso em: 22 mar. 2019.

LAPORTA, Thaís. Pobreza extrema cresce em 25 estados brasileiros, aponta estudo. G1. 10 out. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/10/10/pobreza-extrema-cresce-em-25-estados-brasileiros-aponta-estudo.ghtml>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

LÖWY, Michael. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 124, p.652-664, out./dez. 2015.

ORTELLADO, Pablo; GALLEGRO, Esther Solano; RIBEIRO, Márcio Moretto. Uma sociedade polarizada. In: Por que gritamos golpe? : para entender o impeachment e a crise política no Brasil[S.l: s.n.], 2016.

PLENO NEWS. Veja Quais Líderes Religiosos já apoiaram Jair Bolsonaro. 02 out. 2018. Disponível em: <<https://pleno.news/brasil/eleicoes-2018/veja-quais-lideres-religiosos-ja-apoiaram-jair-bolsonaro.html>>. Acesso em 18 mar. 2019.

POCHMANN, Márcio. Estado e capitalismo no Brasil: a inflexão atual no padrão das políticas públicas do ciclo político da nova república. Educ. Soc., Campinas, v. 38, no. 139, p.309-330, abr.-jun., 2017.

POULANTZAS, Nicos. A Propósito do Impacte Popular do Fascismo. In: MACCIOCCHI, Maria Antonietta. Elementos Para Uma Análise do Fascismo. Bertrand, SP, 1977. p.59-69.

TATAGIBA, Luciana. Os Protestos e a Crise Brasileira: Um inventário inicial das direitas em movimento (2011-2016). In: ALMEIDA, Ronaldo; TONIOL, Rodrigo (Org.). Conservadorismos, Fascismos e Fundamentalismo – análises conjunturais. Unicamp, Campinas, SP, 2018. P.87-116

TATEMOTO, Rafael. Bancada BBB se reconfigura e pode ampliar influência nos próximos quatro anos. Brasil de Fato. Brasília (DF), 12 fev. 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/02/12/bancada-bbb-se-reconfigura-e-pode-ampliar-influencia-nos-proximos-quatro-anos/>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

[1] O termo impacte popular congrega desde a adesão ativa e incondicional, passando pelo apoio circunstancial, até a resignação passiva e neutralização pelo medo do avanço da repressão (POULANTZAS, 1977).

[2] Reformas estruturais da sociedade, com destaque para a reforma agrária e uma legislação nacionalista sobre o capital estrangeiro (GORENDER, 2014).

[3] Tais reformas e o movimento progressista em si, embora não visassem imediatamente o socialismo, poderiam criar condições para a passagem da luta dentro da ordem para a luta contra a ordem, no que Gorender (2014) denominou “situação de pré-revolução” (p.23).

[4] Ainda pode-se investigar a influência da ascensão dos BRICS, o conflito comercial estabelecido entre EUA e União Europeia e a corrida pela liderança da quarta revolução tecnológica, ou seja, a intensificação do conflito interimperialista como um dos motores da fascistização no mundo.

[5] Além disso, vale pontuar as manifestações realizadas em 2011 contra a corrupção; e a Marcha Para Jesus, realizada, em 2013, por neopentecostais contra a corrupção e para “defender o Brasil”. Eventos responsáveis por ampliar o antipetismo contra a esquerda como um todo (TATAGIBA, 2018).

[6] Entre elas, a Central Única dos Trabalhadores, O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a Central dos Trabalhadores do Brasil, a União Nacional dos Estudantes, o Partido dos Trabalhadores e o Partido Comunista do Brasil.

[7] A derrubada de Dilma Rousseff retratou um processo de esvaziamento da democracia, desmonte do modelo democrático vigente e fortalecimento da extrema-direita, posto que as instituições operaram o impedimento sem motivação jurídica clara e com o objetivo de derrotar política, moral e ideologicamente o Partido dos Trabalhadores e a esquerda brasileira (BURUTY, 2018; MIGUEL, 2016).

[8] Tradição, Família e Propriedade, organização tradicionalista de inspiração católica.